

## RELATÓRIO FINAL

# PROJETO CONEXÃO LOCAL

## Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado

Estudantes: Francisco Raniere Moreira da Silva

Naila López Cabaleiro Suárez

Supervisor: Ana Iris Tomás Teixeira (UFAC)

Fernando Burgos

Localidade: Ponta do Abunã (RO)

## **Agradecimentos:**

À Ana e Fernando, pelo apoio durante a visita e nas revisões do nosso relatório.

Ao GVPesquisa pela oportunidade inimaginável e conhecer uma experiência incrível e pessoas maravilhosas.

À Dom Moacyr, Sérgio Lopes, Paulo Brana por terem nos recebido e pelas informações prestadas.

E principalmente, a toda equipe de executores e associados ao RECA, pela hospitalidade com que nos receberam, paciência que tiveram conosco, gentileza em estabelecer nossos contatos e carinho com que nos ensinaram sobre a floresta, o RECA e a vida.

## ÍNDICE

<b>1. Contextualização do projeto.....</b>	<b>04</b>
<b>2. O RECA.....</b>	<b>05</b>
<b>3. Processos produtivos.....</b>	<b>09</b>
<b>3.1 Agroindústria de polpas.....</b>	<b>09</b>
<b>3.2 Agroindústria de óleos.....</b>	<b>10</b>
<b>3.3 Agroindústria de palmito de pupunha.....</b>	<b>11</b>
<b>4. Parcerias .....</b>	<b>11</b>
<b>4.1 Relações com o Estado .....</b>	<b>11</b>
<b>4.2 Relações não-governamentais .....</b>	<b>12</b>
<b>5. Efeitos .....</b>	<b>13</b>
<b>5.1 Efeitos socioeconômicos.....</b>	<b>13</b>
<b>5.2 Efeitos culturais .....</b>	<b>14</b>
<b>5.3 Efeitos ambientais .....</b>	<b>16</b>
<b>6. Dilemas e possibilidades .....</b>	<b>16</b>
<b>6.1 Produtividade com a estrutura técnica e administrativa .....</b>	<b>16</b>
<b>6.2 Dificuldades físicas e geográficas .....</b>	<b>18</b>
<b>6.3 Novos produtos .....</b>	<b>18</b>
<b>6.4 Projetos .....</b>	<b>19</b>
<b>7. Considerações finais .....</b>	<b>20</b>
<b>8. Bibliografia .....</b>	<b>21</b>

## 1. Contextualização do projeto<sup>1</sup>

A Ponta do Abunã localiza-se ao norte do Brasil, na divisa entre o estado de Rondônia e do Acre. A região faz parte do município de Porto Velho, capital de Rondônia e divide-se em 3 distritos: Fortaleza do Abunã, Extrema e Nova Califórnia. Foi nesse último distrito, que algumas pessoas das mais diversas origens se uniram para lutar contra as adversidades e acreditaram que era possível serem protagonistas da própria vida.

O norte do país durante décadas foi considerado um local inoportuno. Após a crise da borracha, que prometia ser o futuro da região, o recém estado do Acre e seu vizinho Rondônia foram criticados pela falta de possibilidades economicamente lucrativas. Para tentar resolver o problema, políticas de povoamento foram estabelecidas pelo governo e delegadas ao INCRA com o objetivo de levar para aquela parte da Amazônia as práticas de desenvolvimento nacional da década de 70. Agricultores de todo o país eram incentivados a mudarem para a região com promessas de terra própria e uma vida melhor. Famílias, principalmente do sul e do nordeste brasileiro, viajaram dias nas precárias estradas que levam até Ponta do Abunã para se inscreverem na divisão dos loteamentos das propriedades e começar uma nova vida.

A preocupação do governo era a ocupação do território e por esse por esse motivo, o INCRA, como responsável pela divisão das terras, disseminava a prática do desmatamento. “Se não perdia a terra” dizem os colonos. A primeira coisa a se fazer era abrir clareiras na densa floresta nativa para conseguir plantar as sementes trazidas pelos colonos como arroz, feijão e café, com a esperança de conseguirem prosperar. Ao chegar, a maioria dos migrantes teve dificuldade de se adaptar devido à inexistência de infra-estrutura na região. Alguns colonos contam que era muito complicado viver, literalmente, no meio do mato, sem energia, transporte, ou qualquer forma de apoio. As terras eram entregues ou vendidas, e cada família tentava, com os poucos recursos que tinha, sobreviver na região.

Nesse momento, entre as décadas de 70 e 80, o abandono da região por parte do Poder Público, juntamente com a tradição religiosa vinculada à Igreja Católica trazida pelos colonos de outras regiões, culminou em um ambiente favorável para a difusão da teologia da libertação no local. Segundo o Coordenador do Trabalho e Economia Solidária de Rio Branco e parceiro do RECA, Paulo Brana, essa iniciativa fomentada pela Comunidade Eclesial de Base, além de ser responsável pela formação de líderes como Chico Mendes e Marina Silva, na Ponta do Abunã, conseguiu instigar alguns moradores a terem uma visão mais crítica da realidade. Por conseguinte, a população local e outros migrantes uniram seus conhecimentos da terra com os do funcionamento associativista e formaram algumas associações no local. Por meio destas, os moradores conseguiram fazer reivindicações e obter recursos, mas não era o suficiente para garantir a sobrevivência na região. Para agravar a situação, a Ponta do Abunã até 1996 era considerada uma área de litígio entre os Estados do Acre e de Rondônia, portanto teoricamente, não existia responsabilidade legal por nenhum dos dois membros da Federação em oferecer apoio à população local. Esquecidos pela administração pública e vivendo uma condição difícil, alguns representantes da Associação do Ramal Pioneiros aproveitaram uma visita de Dom Moacyr Grecchi, então bispo de Rio Branco e principal ligação com a diocese, para conversar sobre alternativas de sobrevivência. Eles conseguiram recursos por intermédio dele para viabilizar a compra de 24 vacas, 2 touros, 8 bois de banga e 4 carroças, todavia, devido a grande desvalorização monetária existente na época não foi possível comprar tudo que pretendiam. Como solução, criaram um sistema em que cada família recebia uma vaca, e em contrapartida era obrigada a devolver um bezerro para a associação, que repassava para outra família.

Com o mesmo espírito da Associação do Ramal Pioneiros, moradores da linha 5 junto com o apoio do pastor Dionísio da Igreja Assembléia de Deus, haviam fundado a Associação dos Produtores Rurais da Linha 5. Na época, as famílias que viviam em Nova Califórnia se conheciam por causa de igreja, mas com o tempo pequenos grupos foram se desenvolvendo para compartilhar interesses em comum como futebol, baralho e comércio. Esse contato tornou possível uma integração entre as duas associações e as famílias, de tal forma que entre 1985 e 1986 começaram uma discussão a respeito de um novo projeto para os produtores da Ponta do Abunã. Em 1989, eles fundaram, oficialmente, a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA).

A idéia principal do projeto era desenvolver um sistema de floresta produtiva que fosse capaz de gerar renda e reflorestar as áreas desmatadas ao mesmo tempo. Os colonos já tinham percebido que a lavoura

<sup>1</sup>Sobre esse tema, BRESLER, Ricardo - *Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento – RECA*- in *Aliança na Redução da Pobreza: Possibilidades e Alcances*, São Paulo, FGV/ EAESP, 2001. E MOREIRA, Teresa – org, *Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reça contada por seus associados, parceiros e amigos*, Brasília, 2003 que discorrem com detalhamento sobre o histórico da formação do RECA.

branca (como o cultivo do arroz, feijão e café) não se adaptava bem as condições do solo e do clima amazônico, por isso começaram a tentar cultivar plantas que já fossem adaptadas à região como a Castanheira, a Pupunheira e a Cupuaçuzeiro. Mas só isso não era suficiente, com a experiência e sabedoria dos moradores locais e com o sistema associativista dos colonos do sul, os produtores perceberam que era preciso plantar diferentes árvores próximas, ou seja, consorciadas, como na floresta, para manter a fertilidade do solo e ter mais opções de renda. Por exemplo, caso a castanheira não desse frutos ou não estivesse com um bom preço no mercado, ainda era possível obter o sustento com as demais culturas. Outro problema era a intensidade do sol, ; quando os produtores trabalhavam na roça não agüentavam o calor, além de muitas vezes terem suas plantas queimadas. Ao observarem a natureza perceberam que as próprias árvores poderiam servir de sombra para eles e para a plantação, bastando para tanto cultivá-las próximas umas das outras - o que caracteriza o termo adensadas.

Tendo em vista esses conceitos, e a vontade de modificar a realidade social e ambiental da Ponta do Abunã, e em especial de Nova Califórnia, os associados escreveram em um pedaço de papel suas propostas e buscaram Dom Moacyr, em Rio Branco, para ajudá-los. Por meio dos contatos da Diocese e da Rede Cordaid, agência de cooperação católica, eles adaptaram o projeto até que conseguiram o dinheiro para financiar o início das operações do RECA, a fundo perdido, com a entidade holandesa Cebemo, atual Bilance. Segundo Sérgio Lopes, um dos idealizadores do projeto, a rapidez com que receberam o recurso foi fundamental para o sucesso do mesmo, pois nesse momento a comunidade estava motivada e perseverante.

Cada família associada recebeu 958 dólares por hectare, sendo que cada uma poderia receber no máximo por 3 hectares. O dinheiro, ao invés do que ocorre em muitas associações, não foi dado ao produtor, e sim repassado em forma de financiamento. Os sócios assinavam um contrato se comprometendo a devolver o dinheiro na forma de produção, de maneira similar a que ocorria com o bezerro. Esse modelo proporcionou um maior comprometimento por parte dos associados, o que, somado com o acompanhamento rígido que era realizado, tanto pelos executores como pelo próprio grupo do qual pertenciam, garantiu o máximo aproveitamento do dinheiro e também gerou um sentimento de apropriação do projeto por parte das 84 famílias que participavam da associação naquele momento.

Depois de um breve tempo, os sócios do RECA perceberam que a produção estava crescendo e que a comercialização feita *in natura* era inviável tendo em vista a falta de demanda. Para solucionar esse problema investiram na construção da primeira agroindústria para o beneficiamento de diversos produtos, tendo inclusive planos de ampliação e diversificação que serão abordados posteriormente.

O trabalho foi e continua sendo árduo, mas após algumas semanas convivendo na Associação, foi possível perceber a importância do RECA para todos. Isso porque além de ser um projeto referência para seus sócios e para a região, a experiência tem lugar de destaque no cenário atual, como pode-se notar pela quantidade de prêmios que eles acumulam. Tanta atenção se deve a sua efetiva gestão participativa, seu exemplar modelo de geração de renda com preservação da floresta e, principalmente, pela inspiração que essas famílias são para muitas outras experiências no Brasil.

Por esses motivos, muito foi escrito a respeito do RECA. Este relatório, entretanto, se propõe a entender e divulgar como funciona o projeto hoje, vinte anos após sua fundação.

## 2. O RECA

O Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado – RECA, que se desenvolve entre os estados do Acre e Rondônia chegando ainda até os limites do estado do Amazonas, pode ser considerado uma experiência bem-sucedida de produção com conservação ambiental.

A proposta de utilizar a floresta como fonte geradora de renda, consorciando cultivos agrossilvícolas como a pupunha (*Bactris gasipaes*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e a castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.) nos chamados SAF's (Sistemas Agroflorestais), aliado a seu modelo de gestão participativo, reflete na melhoria na qualidade de vida dos agricultores, assim como na ampliação do exercício de cidadania.

- Infra-estrutura

O projeto RECA conta atualmente em sua infra-estrutura com 3 agroindústrias, sendo uma de polpas, uma de palmito de pupunha e uma de óleos, bem como uma câmara frigorífica para armazenagem das polpas beneficiadas. Possui ainda um centro de difusão de tecnologias que, além dos escritórios da equipe de execução, apresenta um amplo auditório. Esse auditório é utilizado para reuniões, encontros, palestras, cursos e diversas outras atividades, algumas das quais tivemos oportunidade de presenciar durante

a visita. Há uma área de copa e cozinha, além de um alojamento com dois dormitórios (masculino e feminino), utilizado tanto pelos associados que moram longe da sede do RECA e participam das atividades já citadas, quanto pelos visitantes que a associação recebe, sejam estudantes, pesquisadores ou outros. Foi nesse alojamento que ficamos hospedados durante nossa estadia em Nova Califórnia. Existe ainda o prédio do centro de comercialização do projeto, que é utilizado para a comercialização dos produtos artesanais produzidos por membros do RECA – como mel, licores, doces, geléias, bombons etc. No tocante à infra-estrutura de transporte, o RECA possui hoje um trator e seis veículos, sendo três utilitários, um caminhão e duas motocicletas.

A manutenção dessa infra-estrutura e dos custos de operação do projeto demandam recursos financeiros, captados por meio da comercialização dos produtos beneficiados, dos projetos executados e das parcerias com entidades e organizações nacionais e internacionais. Contudo, segundo o gerente de comercialização do RECA, Hamilton Condak, o RECA atualmente pode ser considerado auto-sustentável financeiramente, ou seja, já apresenta condições de desenvolver seus exercícios sem a dependência de recursos oriundos dos projetos mencionados.

- Modelo organizacional

Desde seu surgimento em 1989, o RECA já passou por inúmeras modificações em sua estrutura, mas manteve alguns aspectos essenciais do seu modelo organizacional, o que é apontado por muitos como sendo um fator essencial para o sucesso da iniciativa. Dentre estes, destaca-se sua forma de gestão totalmente participativa, em que todos se sentem parte do RECA. Isto porque todas as decisões são tomadas em grupo, por meio de reuniões que são constantes no dia-a-dia dos associados. Os produtores, durante seus primeiros meses na Associação aprendem a necessidade dessas reuniões para o melhor desenvolvimento do projeto. Todos participam das reuniões, inclusive para conseguir ter seus interesses atendidos.

Dentre os objetivos estabelecidos no estatuto da Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA estão: Fixação das famílias no campo por meio de ajuda mútua; organização das famílias de pequenos agrossilvicultores em grupos para estudos, trabalhos, ajuda mútua e convivência fraterna; implantação de um sistema educacional adequado à realidade rural; capacitação dos associados para administrar e gerir os seus negócios e os da associação; venda em comum da produção agrossilvicultural e extrativista nos mercados locais, nacionais e internacionais; busca de alternativas para ajudar na conservação e preservação do meio ambiente e sua biodiversidade; classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização, e registro das marcas de seus produtos; entre outros.

O projeto conta atualmente com mais de 300 associados, divididos em 12 grupos, quais sejam: Pioneiros I, II e III, Cascalho, Baixa Verde, Mendes Junior, Eletrônica, BR, Linha 4, Linha 5, Linha 6 e Linha 12. Esses grupos têm sua formação e composição definidas geralmente com base na proximidade das propriedades dos associados, isto é, o grupo é composto por pessoas cujas propriedades localizam-se próximas umas das outras, nos chamados ramais, havendo alguns poucos casos de produtores aderirem a determinado grupo por questões de afinidade e identificação com os demais membros do mesmo, ainda que sua propriedade seja distante. Os integrantes dos grupos se reúnem mensalmente, em geral durante a primeira semana do mês, para trocar idéias, acompanhar a produção, o andamento das atividades do projeto, discutir as demandas do grupo e buscar formas de supri-las, entre diversos assuntos. Todos os associados têm a obrigação e o compromisso de participarem das reuniões de seu grupo, sendo que, de acordo com o regimento interno da organização, o produtor que faltar a três reuniões consecutivas sem que apresente uma justificativa plausível, é automaticamente excluído do projeto, por mais que isso raramente aconteça.

Alguns grupos apresentam diferenças com relação aos demais em diversos aspectos. Por exemplo, existem grupos onde é notável o grau de interação entre os membros, criando fortes vínculos afetivos e até mesmo familiares, enquanto outros grupos não estabeleceram esse relacionamento interpessoal. Há ainda grupos que demonstram um sentimento comunitário forte, preocupando-se não apenas consigo e sua propriedade, mas com o desenvolvimento do RECA. Por meio da observação dos assuntos levantados nas reuniões dos grupos, pode-se perceber essas pequenas diferenças, que muitas vezes parecem fazer com que determinados grupos se desenvolvam mais social e economicamente e/ou tenham uma maior visibilidade interna em relação aos outros.

Para facilitar a gestão e a tomada de decisões, cada grupo escolhe entre seus membros um coordenador, um líder e uma representante mulher. O coordenador é a figura principal dentro de cada grupo, tendo um papel de articulação entre o grupo e o RECA como um todo. Compete ao mesmo representar o

grupo nas reuniões de coordenação, na assembléia representativa ou sempre que for necessário. O líder tem uma atuação maior dentro do próprio grupo, sendo responsável por promover a integração entre seus membros. Enquanto a função do coordenador tem um caráter mais amplo, visando à associação de modo geral, a do líder é mais específica, voltada para o próprio grupo. A figura da representante mulher surgiu da necessidade de valorização das mulheres que, em geral, permaneciam em casa enquanto os homens participavam das ações do RECA. Na busca por uma maior atuação das mulheres, criou-se o papel da representante mulher, que de maneira semelhante ao líder, une e incentiva as mulheres a freqüentarem as reuniões, além de organizarem cursos de artesanato, culinária etc.

Os coordenadores indicados por cada grupo compõem a diretoria do RECA de acordo com os conhecimentos e habilidades de cada um, bem como aptidão para a função. Apenas os cargos de coordenador presidente e coordenador vice-presidente são decididos por meio de voto, sendo que o mais votado é o presidente, e o segundo mais votado é automaticamente o vice. O coordenador presidente é eleito para um mandato de dois anos e a ele compete a articulação geral do RECA, ou seja, o acompanhamento dos grupos e das atividades da equipe de execução. O coordenador presidente não é incumbido da tomada de decisões, isto é, ele não centraliza as decisões, mas é responsável pela condução dos debates entre os demais integrantes da coordenação, de modo a fazer com que as decisões tomadas sejam as mais acertadas e condizentes com as reais necessidades e demandas dos seus associados.

De acordo com o regimento interno, são realizadas duas assembléias ordinárias anuais no RECA. Uma assembléia é representativa, realizada no primeiro semestre do ano, onde se reúnem apenas os representantes escolhidos por cada grupo. A outra assembléia é geral e ocorre no segundo semestre reunindo todos os integrantes do projeto. Além das duas assembléias anuais, acontecem mensalmente reuniões ordinárias de coordenação. Estas são realizadas na sede do RECA e contam com a presença dos coordenadores, líderes e representantes mulheres de cada grupo. Nessas reuniões os presentes discutem assuntos de interesse coletivo relacionados às atividades do projeto, como produção, comercialização, resultados, ações, projetos, parcerias, etc. É nesse espaço também que as demandas de cada grupo são trazidas por seu representante e discutidas em uma instância maior da organização.

- Pessoas

O atual quadro de pessoas do RECA é formado por vinte funcionários, sendo seis técnicos agrícolas, um responsável de comercialização, uma secretária, uma auxiliar financeira, uma copeira, um motorista, dois vigilantes e o restante lotado nas demais atividades de produção.

A maioria destes é contratada diretamente pelo RECA, entrando na folha de pagamento do projeto. Outros são remunerados através de parcerias firmadas entre o RECA e o poder público- como é o caso de uma das técnicas cujo contrato é firmado com o governo municipal de Porto Velho- ou ainda com recursos oriundos de projetos em andamento, como é o caso dos quatro técnicos cuja remuneração é feita por meio dos recursos do projeto em que atuam.

Os técnicos de que falamos são formados nas Escolas Família Agrícolas (EFA), que utilizam o sistema de Pedagogia de Alternância, no qual os alunos passam quinze dias internos na escola e quinze dias em casa, aplicando os conhecimentos adquiridos na EFA. A maioria dos técnicos são filhos de produtores e, quando retornaram à Nova Califórnia, passaram a exercer atividades no RECA, sendo responsáveis pelo acompanhamento técnico dos produtores, bem como pela elaboração, acompanhamento e execução dos projetos. Cada grupo conta com um técnico responsável, que geralmente também é um associado. Este, além de estar presente nas diversas atividades do grupo, é responsável pelo aprimoramento e aumento de produtividade através do acompanhamento do manejo das áreas como adubação, compostagem, controle de pragas, e melhoria dos processos de cada área.

A equipe de execução do RECA consiste em:

- \* Hamilton Condack – Responsável de comercialização do RECA, Hamilton começou no projeto como estagiário. Com o tempo foi adquirindo experiência e conhecimento, tanto da sua atividade como da organização em geral. Atualmente, também é responsável pelo estabelecimento de parcerias comerciais, tanto no Brasil quanto no exterior;
- \* Eunice Sordi – Esta foi a primeira técnica agrícola do projeto. Filha de produtores, quando finalizou o curso (EFA) , Eunice voltou para Nova Califórnia e começou a trabalhar no RECA. Hoje, suas atividades no projeto estão mais voltadas à área administrativa;

- \* Nemésio Soares – Técnico agrícola, além do apoio aos grupos, Nemésio atua também na elaboração e acompanhamento de projetos como o Fontes Novas e o Produzir, que serão apresentados mais a diante. O técnico representa o RECA no colegiado do Território da Cidadania Madeira-Mamoré e será um dos monitores da EFA Jean Pierre Mingan, que será inaugurada no final deste ano;
- \* Marcos e Gisele Pandolfi – Marcos é filho de paranaenses e saiu do ramal Baixa Verde para estudar na EFA de Cacoal – RO. Lá conheceu a também estudante Gisele, com quem namorou e é atualmente casado. Hoje, o casal mora em Nova Califórnia e trabalha no RECA como técnicos agrícolas. Durante a nossa pesquisa, a Gisele foi incumbida de ser o elo entre nós e o RECA e o Marcos era quem quase sempre nos acompanhava nas visitas aos ramais;
- \* Gislaíne Almeida – Esta é a técnica agrícola que citamos há pouco, contratada pela Prefeitura Municipal de Porto Velho para auxiliar nas atividades do RECA;
- \* Diona Alves – Filha de cearenses, Diona é uma das técnicas mais novas do projeto. Formada também em uma EFA, ela é responsável pelos trabalhos de compostagem de solos nas propriedades dos associados;
- \* Célia Berkembrock – Filha de um dos fundadores do RECA, ela cresceu junto com o RECA e atualmente trabalha como auxiliar financeira do projeto;
- \* Cássia – É a secretária da administração do projeto, responsável pelo acompanhamento e controle da produção das agroindústrias e, juntamente com a Célia, dos controles financeiros do RECA;

Completando essa equipe temos ainda, a Tânia, associada do RECA que trabalha na cozinha do projeto preparando as refeições sempre que há algum encontro; o Edinilson “Nilo”, responsável pela agroindústria de óleos; o “Nego”, gerente da fábrica de palmito; a Lucinêis Nazaré, da indústria de polpas; o “Branco”, motorista do projeto, foi a primeira pessoa do RECA com quem tivemos contato, logo na rodoviária de Nova Califórnia; e os vigilantes “Jussi” e Vavá”. Estas pessoas formam a equipe de execução do projeto, que é responsável pelas atividades administrativas do RECA, acompanhamento e controle de produção, comercialização, controles financeiros, suporte às atividades dos grupos, etc.

Até algum tempo, o RECA contava com a figura do executor geral, que era responsável por supervisionar e coordenar as atividades da equipe de execução. Sua atuação era voltada para esses aspectos mais gerenciais, enquanto o coordenador presidente tinha um papel mais estratégico e político de articulação entre os grupos, representação do projeto, fechamento de parcerias, entre outras atividades. Hoje, porém, o executor geral deixou de existir, ficando a cargo do coordenador presidente as atividades acima relacionadas.

- Estrutura organizacional

Quando do início do projeto e para sua legitimação e legalização, foi criada a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA, ou associação RECA, como é mais conhecida. Toda a estrutura e modelo organizacionais foram construídos com base em formatos associativos. Assim, independentemente de outros pré-requisitos o fato de ser associado já o tornava membro do projeto RECA.

Há alguns anos atrás, no entanto, reformas legais e aspectos jurídicos que tratam do caráter e forma das associações em geral, fizeram com que as mesmas fossem impedidas de desenvolver quaisquer atividades de comercialização, dada sua finalidade não lucrativa. Isso se configurou em um grande impasse às atividades do RECA, no que diz respeito à comercialização de seus produtos.

Como alternativa de solução para esse problema, em 2006 foi criada a Cooperativa Agroflorestal do Projeto RECA – COOPER RECA. Essa nova instância da organização ficaria então responsável pelas atividades de comercialização dos produtos RECA, tendo estatuto e regimento próprios.

Foi estruturado um novo modelo organizacional, onde uma mesma organização social congrega em sua estrutura uma associação e uma cooperativa. Nesse aspecto surge aqui o desafio de buscar uma dinâmica de atuação onde cada uma destas instâncias organizacionais possa desenvolver suas atividades sem que hajam conflitos de atribuições nem prejuízos ao projeto como um todo. Definiu-se então que a associação continuaria responsável por grande parte do que já era executado, ficando a cargo da cooperativa apenas as atividades de comercialização e busca de novos mercados, visto ter sido a mesma criada exatamente para



estes fins. Nesse modelo de gestão, a associação faria o repasse dos produtos por meio de contrato à cooperativa. Esta, por sua vez venderia tais produtos e, depois de retirados todos os custos da operação, repassaria os recursos para a associação, a fim de que os sócios sejam remunerados.

Existe, porém, uma série de particularidades legais e estatutárias na formação de uma cooperativa. Como exemplo disso podemos citar as exigências feitas a quem almeja tornar-se um cooperado, que são bem mais rígidas que as definidas no regimento de uma associação, o que vem causando uma série conflitos de opiniões entre os membros .

Assim sendo, apesar de definidas as atribuições da associação e da cooperativa, e de ter-se criado um modelo integrado de gestão, este está sendo aplicado paulatinamente, de forma que se consiga amadurecer a gestão integrada.

### **3. Processos produtivos**

Conforme dito anteriormente, a atual estrutura do RECA conta com 3 agroindústrias: 01 de palmito de pupunha, 01 de polpas e 01 de óleos. A seguir estarão descritos o funcionamento e o processo de produção de cada uma das fábricas.

#### **3.1 Agroindústria de polpas**

Esta agroindústria trabalha o recebimento, beneficiamento e embalagem de polpas de cupuaçu e açaí. Conta com 3 funcionários fixos, sendo que no período de safra emprega cerca de 30 diaristas. A responsável pela fábrica é a Sra. Lucineis.

#### **Cupuaçu**

O cupuaçu, que é o produto trabalhado em maior escala nesta fábrica, é recebido no RECA com o fruto ainda inteiro geralmente por meio de freiteiros. Após o recebimento, o fruto tem seu peso anotado na ficha de controle de recebimento. Todo o processo é controlado por meio de planilhas e, posteriormente, os valores são lançados no sistema de controle de estoques. O pagamento do freiteiro é descontado como percentagem previamente acordada do valor da entrega feita, calculado com base no montante de frutos bons.

O fruto orgânico é processado primeiro, seguido do cupuaçu convencional. Separam-se os frutos bons, que são quebrados manualmente e colocados na máquina despoldadeira, que separa a polpa das sementes, essas serão utilizadas em outro processo produtivo. A polpa processada é envazada em embalagens de 1kg e 5 kg e pesada manualmente em balança eletrônica. Após esse processo, segue para a câmara frigorífica para armazenamento e conservação. No beneficiamento da polpa de cupuaçu não é utilizada água, sendo a mesma totalmente pura.

Ao final da produção, com base nas vendas, o produtor recebe pela matéria-prima que entregou na fábrica. São pagos R\$ 0,40 por kg de fruto bom, R\$ 0,20 por kg de caroço que vem do sítio, é R\$ 0,15 por kg de caroço dos frutos que são recebidos estragados (o caroço dos frutos estragados é aproveitado na agroindústria de óleos). Os agrossilvicultores recebem, ao longo do período de entrega, as fichas de controle de recebimento do produto, por meio das quais podem acompanhar e conferir as quantidades de cupuaçu entregues e, assim, calcular o montante a receber.

#### **Açaí**

O açaí, apesar da grande demanda principalmente no Estado do Rio de Janeiro, é beneficiado em pequena quantidade e a maioria do fruto processado é recebida de produtores que não são associados do RECA.

O fruto é recebido na fábrica, onde separa-se o fruto bom que é pesado. Logo após esse processo, é emitido recibo em nome do produtor e ele recebe R\$ 0,67 por kg de fruto na administração do projeto RECA.

Após pesado, o fruto é lavado e esquentado em um tacho para soltar a polpa da semente, processo que leva em média 20 minutos. O açaí é então resfriado e levado para a máquina despoldadeira, que pode processar até 100kg de produto/hora. A polpa é então embalada em sacos de 1kg e 5kg e levada para a câmara frigorífica. A partir daí o produto beneficiado já está pronto para comercialização.

### **3.2 Agroindústria de óleos**

Essa fábrica trabalha a extração e o beneficiamento de óleos de cupuaçu, castanha-do-Brasil e andiroba, utilizados como matéria prima para a indústria cosmética. O Sr. Ednilson (Nilo) é o responsável pela mesma, que chega a contar com cerca de cinco diaristas no período de safra.

#### **Óleo de cupuaçu**

O óleo é extraído das sementes do referido fruto, que vêm da agroindústria de polpas. Tais sementes passam por um processo de fermentação, ficando por cerca de sete dias em cochos, procedimento que auxilia também na eliminação de restos de polpa que venham a ficar agregados à semente. Após fermentadas, as sementes passam pelo processo de secagem, sendo expostas ao sol em barcaças. Elas podem ficar nas barcaças em torno de 15 dias, variando esse prazo de acordo com as condições climáticas. O processo de secagem é finalizado em uma secadora de tela, aquecida por uma caldeira.

O início do beneficiamento de fato se dá com a passagem das sementes em um aquecedor por cerca de 20 minutos. Logo após, as mesmas passam por uma prensa que separa o óleo e a torta – restos das sementes que atualmente são utilizados para adubação, mas que poderão ser aproveitados para a produção do cupulate (chocolate de cupuaçu). O óleo é levado para outra máquina, onde é totalmente filtrado. Por fim, é embalado em tambores de 45 litros e, após resfriamento natural, transforma-se na manteiga de cupuaçu, que também é uma operação de comercialização. A relação de produtividade das sementes dá-se na proporção de 3kg de semente verde para 1kg de semente seca e 3kg de semente seca para 1lt de óleo.

O óleo de cupuaçu é o produto trabalhado em maior escala nesta agroindústria e tem como principal cliente a empresa de cosméticos Natura. Essa empresa hoje é responsável pela compra de boa parte da manteiga de cupuaçu e do óleo de castanha produzidos pelo RECA. Além de ser cliente, a Natura ainda oferece cursos de capacitação para os produtores, bem como incentiva a certificação florestal dos mesmos por meio de financiamento. Além dessa parceria comercial, era possível notar uma relação pessoal dos membros do RECA com a então representante da Natura junto ao projeto, a Maíra, de quem eles muito falavam. Tal fator é sem dúvida favorável ao estabelecimento da parceria.

#### **Óleo de castanha-do-Brasil**

O beneficiamento deste óleo se dá, em menor escala, de acordo com a demanda do mercado. A castanha é recebida do produtor, ao qual são pagos R\$ 12,00 por lata da amêndoa. O processo de secagem é realizado em um barracão coberto – diferente das outras amêndoas, a castanha não pode secar ao sol para evitar o surgimento de toxinas. A retirada da casca das amêndoas ocorre manualmente, atividade que utiliza mão-de-obra inteiramente feminina. A etapa de extração do óleo é semelhante à do cupuaçu. As amêndoas são aquecidas e levadas à prensa, que separa o óleo da farinha (produto comestível). O óleo é filtrado e embalado em tambores de 45 litros.

Além do aproveitamento pela indústria cosmética, o óleo da castanha é comestível, podendo ser utilizado como azeite de excelente qualidade. O litro do óleo pronto é comercializado por cerca de R\$ 28,00.

#### **Óleo de andiroba**

O óleo de andiroba é o produto trabalhado em menor escala nesta agroindústria, tendo utilidade cosmética e medicinal. O processo de extração do mesmo é praticamente igual ao do cupuaçu, com a diferença de não passar pela etapa de fermentação nos cochos. O produtor recebe R\$ 10,00 por lata de andiroba entregue.

Além desses três óleos, existe ainda a perspectiva de desenvolver alguma essência à base de cumaru-de-cheiro, semente de aroma agradável e muito peculiar encontrada na floresta Amazônica. O trabalho de pesquisa e desenvolvimento de produtos com essa semente vem sendo apoiado pela Natura, que tem interesse em comprar esse novo produto desenvolvido para incorporá-lo em sua linha de cosméticos.

### **3.3 Agroindústria de palmito de pupunha**

O beneficiamento do palmito de pupunha se inicia com a limpeza de todo o local por onde o processo ocorrerá e com a lavagem dos vidros. Durante a safra são beneficiados em média três mil hastes de pupunha por dia. Nesse período, de dezembro a julho, trabalham na agroindústria cerca de quinze diaristas,

um aspecto interessante da escolha dos diaristas é a contratação, preferencialmente, das mesmas pessoas entre os anos, para que os funcionários, apesar de serem empregados temporários, conheçam profundamente o processo de beneficiamento.

As hastes são entregues ao RECA pelos próprios produtores da forma estabelecida por cada grupo autonomamente. Após passar por uma espécie de janela com um recipiente com água para limpeza do palmito, ele é recebido pelas diaristas- todas as mulheres, devido ao mais habitual cuidado com a limpeza entre elas, como diz, “Nego”, o responsável pela fábrica. Logo no primeiro instante, as cabeças são separadas da haste do palmito, essa primeira dará origem ao beneficiamento em rodela e por isso já é colocada em potes, enquanto a segunda é descascada novamente e repassada para outra mesa onde será cortada em pedaços menores. Essa haste do palmito ao ser dividida em pedaços dará origem a diversos beneficiamentos de acordo com as possibilidades da própria matéria-prima. As hastes mais voluptuosas dão origem aos toletes, as medianas ao palmito em banda e as menores aos pedaços e as bolinhas, feitas atualmente apenas sob pedido.

Já com os palmitos dentro dos vidros, estes são limpos mais uma vez apenas com e os vidros são preenchidos com salmoura. Após essa etapa, os vidros são fechados e colocados em cestos de inox nos quais serão cozidos. A etapa descrita é essencial no manejo do palmito pois evita, juntamente com o pH correto e com a higiene adequada, casos de salmonela. Durante todo o processo há uma preocupação com a qualidade do palmito, para isso uma técnica do projeto, Eunice, realizou um curso especializado na produção de palmitos.

Ao se retirar os vidros dos cestos, os funcionários fazem um controle de qualidade para verificar se houve algum problema no vácuo durante o cozimento. Quando saem dessa triagem os potes vão para caixas e permanecem sob “quarentena” durante 15 dias, depois dos quais ocorre novamente o uma verificação de qualidade. Após esse período, um vidro de cada lote é mantido no RECA como contraprova caso haja algum problema com os consumidores. O lote, então, já pode ser rotulado e comercializado.

## **4. Parcerias**

### **4.1 Relação com o Estado**

A falta de políticas públicas que apoiassem o produtor e a população local principalmente no que diz respeito à infra-estrutura e serviços básicos fizeram com que o RECA fosse um meio de organização pelo qual a sociedade civil pudesse reivindicar por seus direitos. Entretanto, até 1996 a Ponta do Abunã permaneceu sob estado de litígio, o que dificultava as articulações políticas e o repasse de investimentos por parte dos Estados envolvidos. O conflito em relação à posse da região era tanto que, segundo o depoimento de moradores da região, durante um período existia no local simultaneamente o Banco do Estado do Acre e o de Rondônia. O Banacre saiu de Nova Califórnia quando Rondônia ganhou o litígio, mas algum tempo depois a agência bancária mantida pelo estado de Rondônia se retirou do distrito também. Essa questão da disputa territorial é um assunto polêmico na região. A grande maioria dos moradores não aceita até hoje a decisão do Supremo Tribunal Federal de assomar Ponta do Abunã à Rondônia. Argumentos levantados pelos entrevistados dizem respeito ao sentimento de pertencimento ao Acre que existe nos moradores, pois durante anos, a maioria dos investimentos públicos não federais ocorria via Estado do Acre, enquanto Rondônia sempre teve uma presença fraca na região.

Tendo em vista esse conflito, pode-se notar uma grande desaprovação por parte dos moradores de Nova Califórnia em relação ao Governo do Estado de Rondônia e, pelo mesmo motivo de descaso, à Prefeitura de Porto Velho, município do qual faz parte, apesar dos 360 km de distância da cidade. Em contrapartida, o Governo Federal exerce uma boa atuação de apoio ao RECA e a outras organizações locais por meio de órgãos como Embrapa ( Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) e Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). A parceria nesses casos é geralmente de assessoria, cursos de capacitação ou palestras.

A Petrobrás também mantém uma parceria importante com a Associação. No último projeto realizado no período entre 2007 e 2009, foi possível captar mais de R\$ 1 milhão em benefícios aos produtores. Como as relações se dão em forma de parcerias, as propostas podem ser realizadas tanto pelos órgãos governamentais quanto pelo RECA. Outra iniciativa do governo federal que vem dando resultados positivos são os programas de financiamento, como o de tratores e máquinas para pequenos agricultores, proporcionado pelo Banco do Brasil, que beneficiou alguns associados ao RECA.

Vale ressaltar ainda um grande programa do Governo Federal, de intersectorização de políticas públicas, o Território da Cidadania, do qual o Reça está participando ativamente por meio de discussões e

como exemplo associativo de preservação ambiental na Amazônia. Falaremos mais a respeito no tópico referente a projetos.

Assim, podemos notar que essa diretriz de apoio as questões da agricultura familiar e da conservação da Amazônia entraram na agenda decisória do Governo Federal a partir do fim da década de 90, mas que antes disso já vinham sendo discutidas dentro do Governo do Acre, e aparecem hoje em dia na forma de políticas públicas, prioritariamente, de incentivo.

Apesar de apresentar aspectos positivos e negativos, a percepção dos moradores de Nova Califórnia aponta para um grande descontentamento em relação ao Estado, em parte devido a não percepção da presença do governo nos órgãos estatais, nem nos projetos de outras organizações que são, de fato, incentivados pelo Estado.

#### **4.2 Relações não-governamentais**

Além das parcerias com empresas e órgãos governamentais, das diversas esferas do poder, o RECA conta também com o apoio de organizações da sociedade civil brasileira e de outros países como ONGs, grupos de pesquisa, entidades financiadoras de projetos, etc. Dentre os principais apoiadores não-governamentais do projeto RECA, podemos citar:

- Comissão Pastoral da Terra – CPT de Rio Branco: esta instituição, ligada à Igreja Católica, sempre esteve presente na história do RECA. O projeto, quando do seu início, tinha um forte vínculo com essa Igreja, mais especificamente com a Diocese de Rio Branco, então dirigida pelo Dom Moacyr Grechi, e com a CPT. Essas instituições ajudaram no melhoramento do projeto e na captação de recursos financeiros, geralmente de entidades internacionais. Com a transferência de Dom Moacyr para a Arquidiocese de Porto Velho essa relação com a Igreja de Rio Branco foi ficando mais fraca. No tocante à CPT, a relação atual é muito mais institucional, isto é, a Comissão – principalmente na pessoa da Darlene – ainda mantém contato com o projeto, está presente sempre que é solicitada, como ocorreu na elaboração do planejamento estratégico, mas o vínculo não é mais tão forte como no início do RECA.
- Grupo de pesquisa e extensão em sistemas agroflorestais do Acre – PESACRE: essa instituição também apóia o RECA desde o seu início, prestando assessoria nas áreas de comercialização e estudos de mercado. Além do mais o PESACRE desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de SAF's plantadas.
- GTZ: organização ligada ao governo alemão que apóia iniciativas inovadoras de desenvolvimento empreendidas por instituições e organizações brasileiras. Para o RECA o GTZ disponibiliza assessoria técnica e gerencial. Participou também da elaboração do planejamento estratégico e do plano de negócio.

Existem ainda algumas organizações internacionais que oferecem apoio para o financiamento de projetos de desenvolvimento, as quais apóiam ou já apoiaram o Projeto RECA de alguma forma. Algumas destas instituições são ligadas à Igreja Católica, como é o caso da entidade holandesa CEBEMO<sup>2</sup>, que foi responsável pelo financiamento das primeiras ações do RECA, bem no seu início. Entre estas podemos citar ainda a ONG italiana MLAL<sup>3</sup>, que ainda mantém um vínculo com o projeto. Outra entidade internacional parceira é a italiana SIR, organização ligada ao governo italiano que custeou a aquisição de uma máquina secadora para as sementes processadas na agroindústria de óleos.

### **5. Efeitos**

#### **5.1 Efeitos socioeconômicos**

Os efeitos do RECA mais perceptíveis são, provavelmente, os relativos à melhoria de renda dos associados. Anteriormente a formação das associações locais, os produtores tentavam sustentar suas famílias

<sup>2</sup> Agência de Cooperação da Igreja Católica holandesa. Originalmente denominada CEBEMO, depois BILANCE (ao fundir-se com a Campanha Quaresmal), adotou o nome de Cordaid após a fusão com as demais agências católicas da Holanda (CARITAS e MEMISA). Atua no Brasil há mais de 30 anos, apoiando pastorais sociais, organizações e grupos de base, além de ONGs que trabalham junto a organizações populares, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país.

<sup>3</sup> O MLAL (Movimento Leigo América Latina) é uma ONG italiana de cooperação internacional ao desenvolvimento que, atualmente, realiza projetos em 18 países da América Latina e da África.

individualmente, sem qualquer apoio ou instrução. Conforme as associações foram amadurecendo, e principalmente com início do projeto RECA, os produtores foram aprendendo a se articularem coletivamente e logo conseguiram colocar em prática as idéias de florestas produtivas. Com o dinheiro dos recursos vindos do exterior prepararam o solo e plantaram mudas de cupuaçu, castanha e pupunha. As dificuldades no começo foram muitas, mas após o tempo de carência, os associados perceberam que o esforço valia a pena, as plantas nativas produziam mais do que as sementes que os colonos haviam trazido, e por meio dos projetos conseguiam ampliar a rede de parceiros, e conseqüentemente, os benefícios ao produtor. Apesar da oscilação presente na agrossilvicultura, os resultados do modelo de plantação eram muito superior, tanto em relação a criação de gado, quanto ao cultivo do café. Assim, as famílias foram se erguendo economicamente, e aos poucos, conseguiram investir nas suas respectivas propriedades. Hoje, vários produtores já têm estabilidade suficiente para adquirirem financiamentos por conta própria. Foi possível presenciar na visita ao projeto um exemplo neste sentido, a conclusão dos contratos de financiamento de tratores, nos quais os próprios produtores foram fiadores uns dos outros, o que também demonstra a solidariedade e a confiança entre os mesmos. Um ponto que se destaca nesse caso é o impacto que novos tratores causam na economia local. Os produtores que financiaram novos tratores, em sua maioria, têm algum similar mais velho, e com a chegada do novo, podem vender seu usado para outro produtor que ainda não tem acesso ao financiamento. Dessa forma a produção se expande para além dos beneficiados diretamente pelo projeto, e fortalece a região.

Outro aspecto que aponta para a geração de renda entre os sócios são os veículos. Além do aumento da frota da própria associação, que em 89, era de apenas uma caminhoneta, atualmente quase todas as famílias dispõem dos próprios veículos. Apesar disso, percebe-se uma grande variação de renda dentro da associação, visto que, segundo o técnico Marcos, há produtores que ganham de 3 a 100 mil reais por ano. A razão para esta variação é diversa; segundo os sócios entrevistados, os motivos mais ressaltados são: às particularidades de cada indivíduo, a distância do seu lote à sede do RECA, o tipo do solo da propriedade, a escolha da produção e organização do grupo ao qual cada associado faz parte. Para conseguir contornar essas diferenças, a associação precisa atuar e apoiar cada grupo de maneira particularizada, de acordo com cada necessidade. Um ponto que parece ser chave nessa estabilidade econômica do grupo é a união entre seus produtores e, por conseguinte, ações que promovam esse valor também devem agregar a vários grupos, além de diminuir a desigualdade.

O RECA impacta diretamente mais de 300 famílias, porém se contarmos os beneficiados indiretamente o número se torna muito maior. Os recursos obtidos pela comercialização geram sustento para as famílias dos associados, e esse dinheiro automaticamente circula no comércio de Nova Califórnia e esquentam a economia local. Farmácias, padarias, lojas de construção; uma parte significativa dos negócios do distrito é reflexo econômico do trabalho gerado no projeto RECA. Outra forma na qual a associação contribui é através da contratação de diaristas. Todas as agroindústrias e, muitas vezes, os próprios sócios utilizam mão de obra temporária durante a safra para conseguir colher e beneficiar a produção. Esses diaristas durante os 6 ou 7 meses em que são contratados conseguem complementar suas rendas o que, por consequência, também desenvolve a atividade comercial.

Pode-se dizer ainda que Nova Califórnia obteve outros benefícios com a criação do RECA. Isso porque, muitos projetos que são elaborados e executados por integrantes da associação visam bens e serviços que beneficiam não apenas seus sócios, mas também parte da população. Assim como os mutirões fazem melhorias nos ramais organizados pelos grupos do RECA, mas que facilitam o acesso de muitos outros moradores da região às suas propriedades.

Isso além da visibilidade política que o projeto proporciona à Ponta do Abunã, e principalmente à Nova Califórnia, que recebe atualmente mais de 1500 visitas por ano apenas para entrar em contato com a associação. Essa repercussão ocasionada por pesquisas e pela notoriedade da experiência faz com que a região mais facilmente entre na pauta de preocupações políticas, tanto nas esferas municipal, estadual, quanto na federal.

## **5.2 Efeitos culturais**

A região da Ponta do Abunã é formada por famílias de toda parte do Brasil, desde migrantes atraídos pela era da borracha ou pela divisão de terras feita pelo Incra na década de 70, até moradores antigos na região e indígenas. Cada um trouxe consigo seus hábitos e costumes. Entretanto, diferentemente do que

ocorreu em outras regiões do Brasil que também presenciaram um encontro de culturas diferentes, não houve um distanciamento de acordo com as regiões de origem. A maioria dos colonos, encontraram na região as mesmas dificuldades e passaram a lutar pelos mesmos direitos. Os benefícios não eram requisitados de acordo com as necessidades dos acreanos ou dos catarinenses, mas sim pelos direitos de todo cidadão brasileiro. Muitos produtores relatam que a situação em Nova Califórnia era difícil, sem energia, péssimas estradas, epidemia de malária e ainda o litígio existente na região tornava a vida dos moradores árdua. A luta para ultrapassar essas dificuldades contribuiu na união da comunidade, mas uma série de outros fatores também facilitou a união das famílias, independente da origem cultural. Entre eles o respeito foi essencial para que os moradores conseguissem adquirir hábitos de outros povos, e ao mesmo tempo, manter boa parte dos seus.

- Cultura de Grupos

Quando foi criado o RECA a divisão da associação em grupos foi natural. Já existiam duas associações, uma da linha 5 e outra do ramal pioneiros, além do ramal baixa verde, que apesar de não formar uma associação era familiarmente unida. Com o passar dos anos, o número de associados foi crescendo e dividir-se em grupos de acordo, principalmente, com a localização, continuou fazendo sentido. Assim, os associados conseguem debater e priorizar assuntos referentes aos interesses do ramal antes de levar o assunto para as reuniões de coordenação, e ainda facilita o apoio mútuo entre as famílias. Todavia, quando os grupos são divididos dentro da organização existe o perigo do sentimento de pertencimento do grupo superar o da associação e, por conseguinte, criar conflitos entre os grupos. Uma forma com que é possível evitar esse tipo de problema é a formação de grupos entre grupos, como ocorre nos cursos e no grupo de apicultura<sup>4</sup>. Por meio desses mecanismos de integração, a Associação consegue fortalecer sua união. “Somos RECA, antes de qualquer coisa” diz uma associada durante uma reunião.

- Cultura Regional

Ao tratar sobre cultura regional vinculada ao projeto RECA não se pode deixar de citar alguns pontos: a valorização da floresta, a soberania alimentar e a ampliação da cidadania.

A consciência da necessidade de se conservar a vegetação local foi passada para os colonos que lá chegaram pelos moradores da região, principalmente devido à filosofia do seringueiro que sobrevive da floresta, sem em nenhum momento desmatá-la. Os seringueiros não tinham o hábito de trabalhar na terra, nem para subsistência, apenas tiravam o látex e com o dinheiro da venda compravam alimentos nas vilas ou cidades próximas. Já os colonos de outras regiões chegaram acostumados a desmatar vários hectares para plantar arroz, feijão e café; e mesmo se não quisessem desmatar a floresta, muitos eram obrigados pelo INCRA a cortar a mata para conseguir a propriedade da terra. O solo da Amazônia é pouco fértil e, em pouco tempo, os colonos perceberam que não era possível continuar com o manejo da terra que eles praticavam anteriormente, era preciso manter o bioma natural para conseguir sustentar uma produção à longo prazo.

Hoje em dia, depois de anos de aprendizagem e convivência, a conservação da floresta é algo inerente a cultura local, é um valor passado dos mais experientes aos mais novos por meio de histórias, conversas e, principalmente, pelo exemplo.

Da mesma forma com que os migrantes aprenderam com os locais a preservar a floresta, os locais perceberam que plantar para subsistência era mais compensatório que trocar o dinheiro da produção pelas mesmas mercadorias. Apesar da terra não ser boa para plantações típicas de outras localidades - como arroz e feijão- era possível plantar esses e outros alimentos para subsistência. Com esse hábito, a população local passou a ter mais autonomia em relação aos pontos que comercializavam mercadorias e, ao mesmo tempo, conseguiram melhorar sua alimentação, independentemente do preço pago pela sua produção. Atualmente, o hábito de manter uma horta branca, para consumo próprio, conseguiu fazer com que a maioria das famílias obtivesse soberania alimentar, e por isso, esta prática é incentivada tanto pelo Governo Federal (eles utilizam o termo segurança alimentar), quanto pelo RECA.

Um dos aspectos mais importantes do projeto RECA são as reuniões. Logo durante a “caminhada” de iniciação, o produtor é obrigado a frequentar as reuniões de grupo e a se acostumar com a forma de organização participativa da associação. “É reunião pra tudo”- diz um dos associados- “no começo até cansa, mas se não for assim não funciona”. Existem reuniões de grupos, de coordenação, das representantes mulheres, de assembléia geral; se reunir para discutir problemas em grupo já se tornou um hábito que é um dos grandes responsáveis pela retomada do conceito de cidadania, assim como da esfera pública na comunidade. Por mais cansativas que sejam as discussões- e elas frequentemente tomam dias inteiros dos associados- a consciência de que é na coletividade que a população consegue debater e resolver os

---

<sup>4</sup> Grupo para troca de informações e conhecimento sobre a apicultura organizado pelo RECA.

problemas, apresenta-se como primordial no desenvolvimento do RECA. Pode ser considerada, inclusive, uma lição para as grandes cidades e algumas organizações, onde o individualismo é tão predominante que as pessoas tentam, em vão, resolver problemas coletivos como se fossem individuais, assim como cita Zygmunt Bauman em “A modernidade líquida”<sup>5</sup>.

Existem sempre associados mais envolvidos nas discussões que outros, mas impressionantemente, a grande maioria sabe o que está acontecendo e o que se pretende fazer na execução da associação. Essa gestão participativa gera continuidade e extrapola a associação no momento em que os resultados começam a repercutir na própria sociedade, a maior prova disso é a Associação dos moradores de Nova Califórnia que, segundo a própria administradora local, segue o exemplo do RECA. Dessa forma, outras associações e, por conseguinte, outras populações, começam a discutir soluções para seus problemas na esfera pública. Após 20 anos do projeto RECA, comentar apenas aspectos culturais que tiveram como agentes indutores fatos que ocorreram há décadas pode parecer uma supervalorização do período em que o RECA emergiu, mas na realidade, desde esse período, poucos elementos afloraram na cultura local. A falta de incentivo a cultura e ao lazer, gerou um contexto de pouca opção de entretenimento existente na região. Não existe nenhum local em Nova Califórnia onde a população possa interagir como praças e clubes, ou desenvolver atividades culturais como teatros, cinemas, laboratórios artísticos etc. Nesse sentido, um dos objetivos da associação como organização é: “a promoção de atividades artísticas, educacionais, científicas, esportistas, de informação, formação e instalação e gerenciamento de rádio difusão comunitária”, entretanto, devido ao número restrito de executores disponíveis, foi necessário enfatizar algumas áreas consideradas mais emergenciais como a produtiva e a comercial. Por enquanto, a cultura local se mantém branda, porém, preservada.

- A religião

A religiosidade dos associados do RECA foi outro ponto que poderia ser motivo de conflito, mas foi essencial no fortalecimento da comunidade. No início do projeto a igreja católica foi um dos pilares para a idealização do RECA. A perseverança e a fé no futuro, fomentados nas missas, juntamente com o exemplo das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs conseguiram alavancar o projeto. Com o passar dos anos, o RECA se desenvolveu e, seja pelo aumento do número de associados ou pelo avanço de outras religiões ocorrido no Brasil, atualmente a Igreja Católica divide espaço com outras, principalmente com as Evangélicas e as Protestantes. O mais interessante, entretanto, é a forma pacífica com a qual elas coexistem. O mesmo respeito com o qual os associados tratam outras culturas eles atribuem as diferentes religiões. Há inclusive relatos de grupos que, por se situarem longe das igrejas de suas respectivas crenças, se reuniram para fortalecer a fé juntos. “Religião não se discute, só tem que ter fé” diz uma associada.

Quanto à influência estabelecida institucionalmente pela igreja católica, ela se distanciou no momento em que seu principal contato, o bispo Dom Moacyr, foi transferido para a arquidiocese de Porto Velho, a 360Km de Nova Califórnia. A igreja, entretanto, permanece até hoje como uma importante parceira através da Comissão Pastoral da Terra - CPT de Rio Branco.

- A família

Toda a construção e iniciativa do RECA foram feitas tendo a família como núcleo basilar. Como se pode esperar de regiões com um número menor de habitantes, em Nova Califórnia as relações sociais são estabelecidas prioritariamente ao redor da família, o que torna o tecido familiar mais unido e os vínculos familiares mais fortes. Não é em vão que os dois primeiros objetivos estabelecidos no estatuto da associação são: a fixação das famílias no campo por meio da ajuda mútua; e a organização das famílias em grupo para o estudo, trabalho, ajuda mútua e convivência fraterna. Dessa forma, o RECA observa na família uma forma de fortalecer a comunidade e, por conseguinte, a própria associação.

A preocupação com a família faz com que, sempre que possível, ocorram eventos ou cursos que aproximem do RECA os filhos ou a produtora, que nem sempre participam das reuniões. O ideal é que todos se apropriem de alguma forma da associação, e ajudem na construção desta.

### 5.3 Efeitos ambientais

Os efeitos ambientais da atuação do projeto RECA são notáveis em toda a área de abrangência do mesmo. O modelo produtivo do RECA, organizado em Sistemas Agroflorestais - SAFs - demonstra a preocupação em aliar a produção agrossilvícola à conservação da floresta.

---

<sup>5</sup>BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. 1ª ed, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

Esse sistema contribui para a diminuição do desmatamento e da degradação da floresta. Se a principal fonte de renda são as espécies frutíferas nativas, para que essa fonte seja sustentável é necessário um cuidado especial e um replantio constante, a fim de que haja produtividade nas safras posteriores. O sucesso desse manejo em termos de produtividade e geração de renda dispensa a atividade extrativista, além de evitar que os produtores tenham que desmatar grandes áreas florestais para utilizá-las como pastagem na pecuária. Existem áreas onde os produtores do RECA cultivam lavoura branca e ainda boa parte deles possui gado de leite, mas tudo isso é utilizado apenas para subsistência e o impacto ambiental causado não chega a ser alarmante.

É visível a preocupação com a recuperação das áreas degradadas e dos mananciais. Há inclusive um projeto cujas atividades são voltadas para a recuperação dessas áreas, com o incentivo ao plantio de essências florestais nas margens de açudes, riachos, lagos, nascentes, igarapés. Essa cultura conservacionista é disseminada em todos os grupos do RECA, que enxergam a floresta como sendo um dos grandes patrimônios de que dispõem.

No contexto em que se encontra a humanidade, em que a preocupação com a escassez de recursos e a poluição estão em voga, experiências como o RECA apresentam-se como alternativas possíveis de desenvolvimento e geração de renda com respeito ao meio ambiente.

## **6. Dilemas e possibilidades**

### **6.1 Produtividade com a estrutura técnica e administrativa**

- Questões internas

Como se pode perceber, apesar do sucesso do RECA enquanto experiência bem-sucedida de produção com conservação ambiental, existem ainda alguns percalços a serem superados, principalmente no tocante à gestão.

A falta de clareza na definição dos papéis da cooperativa e associação, até mesmo do que vem a ser cooperativa e associação, acaba por atrapalhar o processo de desenvolvimento do RECA. Muitos dos próprios produtores sentem-se inseguros com relação a esse sistema de gestão dentro do projeto.

As desigualdades entre os grupos também despontam como obstáculos ao crescimento do projeto. Como dito anteriormente, alguns grupos conseguem fazer um trabalho, de fato em conjunto, e compartilham dos mesmos objetivos, o que muito contribui para o desenvolvimento do grupo e do projeto como um todo. Outros, porém, por uma série de fatores, não encontraram ainda a melhor forma de trabalhar em grupo, muitas vezes reúnem-se apenas para cumprir com as determinações regimentares do projeto, sem que haja um sentimento de coletividade. Essas diferenças não ficam restritas à cultura organizacional, mas são visíveis também na produtividade dos grupos. Uma série de fatores é apontada como responsáveis por esse cenário de desigualdade, sendo um deles a distância dos grupos em relação à sede do projeto, e a cultura familiar que facilita a união e o sentimento do grupo.

Questões como essas merecem cuidado e atenção, dadas as fragilidades que as mesmas podem provocar. Grupos muito integrados tendem a criar uma identidade própria. Por outro lado, os grupos que não conseguem atingir a mesma produtividade e visibilidade, podem se sentir menos favorecidos e desmotivados a se desenvolver. Há que se buscar um nivelamento entre os diversos grupos em termos de produtividade, conhecimentos técnicos, participação e representatividade dentro do projeto, entre outros aspectos.

Conforme citado anteriormente, é possível notar no RECA a formação de grupos além dos grupos, isto é, equipes que contam com integrantes dos diversos grupos e se reúnem para discutir assuntos de interesse do RECA em geral, bem como para trocar experiências e adquirir novos conhecimentos. São exemplos desses grupos, o das mulheres, o de certificação agrícola, o de apicultura, além dos diversos cursos que ocorrem constantemente no RECA. Esse é um aspecto bastante positivo, pois esses momentos de aproximação entre os integrantes dos diversos grupos além de estreitar o relacionamento interpessoal, contribui para o fortalecimento do sentimento associativo.

- Expansão e planejamento

Outro ponto que deve ser visto com atenção especial é a continuidade das atividades do projeto, ou seja, até que ponto a equipe de execução este preparada para observar o que deve ser melhorado. Ao longo dos anos o projeto RECA vem se expandindo tanto em termos de produção quanto em visibilidade. É



necessário então atentar para o fato de que um processo de expansão bem-sucedido demanda uma preparação, de forma que todas as pessoas envolvidas no processo consigam acompanhá-lo. Isso tanto em termos técnicos e de conhecimento, como em termos de gestão, posto ser de extrema importância saber como gerir esse crescimento, lidar com situações inesperadas, otimizar os processos, aplicar os recursos e tomar decisões referentes à produção. Como esse crescimento, direta ou indiretamente, chega a todos os níveis da organização, há que se pensar em capacitar não só a equipe técnica e de apoio, mas também os produtores associados, a fim de que possam gerir da melhor forma o crescimento de suas propriedades, o que facilitaria a gestão do desenvolvimento do RECA.

Pode-se perceber que já existe uma preocupação em preparar-se para o crescimento. Foi realizado em 2008 o planejamento estratégico do RECA, onde os associados e os principais parceiros do projeto reuniram-se para discutir e planejar a atuação do RECA até 2016. O plano prevê um aumento de cerca de 50% de produtividade e define uma série de ações pensadas para dar suporte ao mesmo. No entanto, esse planejamento parece ser utilizado mais como diretriz de objetivos, do que como um planejamento estratégico.

Para conquistar novos mercados, mais exigentes a cada dia, deve-se adequar a uma série de padrões, que vão desde o manejo dos cultivos, questões burocráticas, e até o processo produtivo, como o controle de qualidade, a higiene e a segurança do trabalho, adequação da estrutura física das agroindústrias, entre diversos outros pontos. Isso demanda uma mão de obra cada vez mais qualificada. Essa qualificação pode ser conseguida de várias formas: seja pelo treinamento dos associados, pelo investimento na formação de jovens técnicos nas Escolas Agrícolas e ainda pela contratação de profissionais com formação específica cujos conhecimentos são necessários a tal expansão. Como ocorre com as funções relacionadas à contabilidade e à engenharia de alimentos, que são funções requisitadas pelo RECA.

- Fixação dos jovens no campo

Outro ponto que deve ser levado em conta quando se pensa na continuidade do projeto é a sucessão familiar. Há que se analisar até que ponto os filhos dos produtores compartilham da idéia de permanecer no campo cuidando de suas propriedades, e se enxergam perspectivas de desenvolvimento e geração de renda por meio das atividades do RECA. Além do mais, essa questão da fixação do jovem no campo envolve uma série de outros fatores como a educação, o lazer, o esporte, entre outros.

A criação da Escola Família Agrícola – EFA, pela qual os associados do RECA vêm lutando há alguns anos é um ponto muito positivo na criação dessas opções para que os jovens não só do RECA mas de toda a região possam continuar no meio rural, sem necessidade de migrarem para os grandes centros urbanos. A EFA tem a proposta de formar técnicos agrícolas de nível médio, por meio da utilização do sistema de Pedagogia de Alternância, já citado anteriormente.

A Escola Família Agrícola Jean Pierre Mingan, levará o nome de um dos antigos executores gerais do RECA. Foi construída em área pertencente ao estado do Acre e conta com recursos da Secretaria de Educação deste estado, além da ajuda do MLAL, da Natura e dos recursos do Pronera<sup>6</sup>, fundo destinado à educação de assentados rurais. O recurso se justifica pela existência de um assentamento rural na Ponta do Abunã.

A escola terá capacidade para receber inicialmente 100 alunos, sendo 25 filhos de produtores do RECA, 50 vindos do assentamento rural e 25 da comunidade onde a escola está inserida, divisão esta definida por conta das fontes dos recursos aplicados. Alguns projetos de viabilidade econômica já estão sendo pensados e a proposta é que a mesma consiga ser auto-sustentável a longo prazo.

## **6.2 Dificuldades físicas e geográficas**

A Ponta do Abunã é uma região que até hoje se encontra esquecida pelo município de Porto Velho, capital de Rondônia. Ao chegar ao distrito de Nova Califórnia encontra-se um cenário rústico, uma rua principal, não asfaltada, casas de madeira e uma população simples. Na “vila”, como os habitantes da região se referem ao centro do distrito, se encontra a rodoviária, alguns mercados, e outros comércios e serviços como padaria e *lan house*.

---

<sup>6</sup> O Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas da Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas.

O distrito de Nova Califórnia se encontra a 360km de Porto Velho, isso significa que para a população se deslocar para a cidade sede do município é necessário cerca de 40 reais, para o ônibus, e a disponibilidade de, no mínimo, 5 horas de viagem, isso apenas para ida. O percurso é marcado pela ruim condição da estrada. Os ônibus passam apenas três vezes ao dia e muitas vezes chegam ao distrito lotados, é comum relatos de pessoas que viajaram mais de 5 horas de pé por falta de opção. Transporte público na região se limita aos ônibus escolares, não existe nenhum meio de sair nem chegar à Nova Califórnia, senão por ônibus de empresas privadas, taxis ou veículos próprios.

Apesar das dificuldades referentes ao transporte individual, o que mais atrapalha a vida dos moradores locais e do projeto RECA são as condições dos ramais e do deslocamento de cargas. Nova Califórnia é dividida entre a vila e os ramais, que são pequenas estradas de barro pela qual a população tem acesso aos sítios e chácaras. Os ramais foram traçados há décadas, e desde então, a população exige que sejam feitas obras para regularização e manutenção dos mesmos. Os moradores contam que nos meses de chuva, os ramais alagam, “o solo da Amazônia quando se mistura com água atola até cavalo” contam. Sem respostas da prefeitura, vários grupos se organizam em mutirões que arrumam os ramais para não perderem parte da produção por falta de escoamento dos produtos.

Um fator que piora a situação dos produtores é que os meses de chuva coincidem com os principais períodos de safras da região, o que transforma o problema de transporte em um problema econômico, visto que praticamente toda a população necessita dos ramais para conseguir vender seus produtos. No caso do RECA, o problema é mais importante, pois eles dependem de condições viárias não só para receberem a produção dos associados, como para obterem outros insumos e distribuírem seus produtos finais. O ideal seria que as estradas e ramais estivessem em plena condição de uso, mas a realidade do transporte rodoviário brasileiro é muito diferente. A dificuldade de acesso, segundo Sergio Lopes, inibe o setor produtivo no Acre, e faz com que o RECA, por exemplo, prefira comprar potes de vidro para o palmito em São Paulo (devido à qualidade) e tenha que, por isso, assumir o aumento do custo de produção, e a maior dependência em relação às estradas.

### **6.3 Novos produtos**

Apesar dos desafios mencionados, há grandes possibilidades de ampliação das atividades do RECA. Na idealização do projeto três produções florestais foram privilegiadas: a castanha, o cupuaçu e a pupunha. Com o desenvolvimento das atividades, os produtores que já conheciam a região começaram a introduzir nos seus SAF's outras árvores da região como a açaizeira e a aráça-boi. Com os bons resultados da iniciativa, outros produtores que não conheciam ou ainda não trabalhavam com essas espécies se interessaram e começaram a cultivá-las. Atualmente, a castanha, o cupuaçu e a pupunha dividem espaço com o aráça-boi, o açaí, a acerola, a abacaba e mais de 40 essências florestais como a andiroba e a copaíba. Essa diversificação nos sistemas agroflorestais é incentivada tanto devido à ampliação da possibilidade de renda, quanto pelo enriquecimento que essas plantas proporcionam ao solo. Por meio de o projeto Produzir, patrocinado pela Petrobrás, o RECA conseguiu disponibilizar recursos nesse sentido, criando 50 áreas novas de SAF's com até oito espécies diferentes entre 2007 e 2009. Foram beneficiados principalmente os novos associados ao projeto, com mudas de diferentes essências para o reflorestamento das partes de suas propriedades que haviam sido devastadas.

Com a ampliação das espécies florestais cultivadas pelos produtores, o RECA pode expandir o leque de insumos para novos tipos de beneficiamento, entretanto, sabe-se que a capacidade de criação, gerenciamento e comercialização de novos produtos é um passo extremamente delicado, principalmente quando se trata de uma organização de base familiar. Quanto mais diversificada for a renda dos produtores melhor, todavia, é necessário cautela para que não se perca o foco dos produtos já apresentados no mercado. Primeiramente, o RECA pretende ampliar a agroindústria de polpas e adaptá-la para na entressafra, quando a fábrica fica ociosa, conseguir produzir bombons, doces, geléias e licores que hoje são feitos artesanalmente por alguns produtores. Assim, além de amenizar as despesas de uma agroindústria parada, ainda serão capazes de produzir em escala, diferentemente dos produtos artesanais que são feitos em pequenas quantidades.

Um grande potencial envolvendo novos produtos encontra-se na agroindústria de óleos. Hoje são desenvolvidos óleos derivados da castanha do Brasil, do cupuaçu e, em menor escala, da andiroba, toda a produção é absorvida como insumos para indústria de cosméticos, o que demonstra tanto uma demanda pelos produtos amazônicos como um crescimento da consciência sócio-ambiental da população. Assim o RECA pode aproveitar esse momento do mercado tanto na produção de outros insumos, como o óleo de cumaru-de-cheiro; quanto na fabricação de cosméticos próprios. Outro produto que pode ser beneficiado na agroindústria de óleos e que promete ter bastante demanda no mercado é o óleo de castanha para alimento.

As propriedades do óleo de castanha mostram que essa pode ser utilizada da mesma forma que o azeite de oliva, e com o benefício de ajudar na prevenção de problemas cardíacos e de colesterol. A extração desse produto ocorre de forma similar a do óleo utilizado nos cosméticos, entretanto, o equipamento no qual o óleo é filtrado precisa ser de aço Inox, específico para alimentos. E ainda é necessária uma produção de castanha em maior escala, para que esse investimento seja recompensado.

Segundo o planejamento estratégico feito em 2008 com associados, parceiros e amigos do RECA, espera-se que a produção de cupuaçu cresça 49% e do palmito 150% até 2016. Para que sejam concretizadas essas metas, a associação pretende melhorar o manejo do solo por meio do apoio dos técnicos, de cursos e parcerias.

Outra possibilidade para aumentar a produtividade seria o crescimento do número de famílias associadas, entretanto, o RECA em nenhum momento pretende abrir mão da sua forma de organização para aumentar a produção, por isso, cada família que quiser se juntar ao projeto precisa ter a iniciativa de freqüentar as reuniões de um dos 12 grupos por um ano, e assim iniciar sua “caminhada”. Além de que, ao aumentar de forma expressiva o número de associados, o trabalho administrativo e técnico seria diretamente afetado. Dessa forma, o RECA atualmente não desenvolve projetos para expandir a quantidade de associados, mas conforme existe o interesse, todos são igualmente recebidos.

#### **6.4 Projetos**

- Produzir:

Patrocinado pela Petrobrás o Projeto Produzir está sendo realizado no período de 2007 a 2009 e tem como principal objetivo a geração de renda. Ao todo, são R\$ 728 mil reais investidos para a produção de 50 ha de novos SAF's para novos membros (25% pupunha p/ fruto, 25% cupuaçu e 50% essências florestais). Dentro da proposta do projeto produzir estão ainda 10 aviários dispostos dentro dos SAF's, a fim de combater pragas – broca; que servem de alimento para as galinhas- e 50 mil alevinos e ração para cerca de 20 produtores beneficiados. Parte da casa do mel que será instalada no RECA também contará com recursos do projeto: 300 colméias com 600 melgueiras e todos os equipamentos necessários, bem como 2 cursos de apicultura. No tocante a essas novas atividades que foram introduzidas nas propriedades, como é o caso dos aviários, dos alevinos e do mel, O RECA dá cobertura para que estas se organizem, mas não comercializa sua produção.

- Fontes novas:

Também patrocinado pela Petrobrás o Fontes Novas é um projeto de cunho ambiental. A proposta é a implantação de 200 ha de novos SAFs e 30 ha de mata ciliar, com os quais serão recuperadas 75 nascentes e 100 açudes. Para isso, serão disponibilizadas aos produtores as mudas tanto das espécies produtivas consorciadas nos SAFs quanto das essências florestais de mata ciliar.

O período de realização do projeto é de 2009 a 2011 e os recursos necessários são da ordem de R\$ 1.500.000,00, sendo que desse montante, R\$ 184.000,00 são de contrapartida do RECA. O projeto tem ainda como parceiros a EMATER-RO, SEDAM e EMBRAPA-RO. Os recursos serão utilizados na compra de 40 roçadeiras distribuídas entre os grupos, contratação de 4 técnicos, 1 contador e 1 secretária (ambos aprovados pela coordenação) para o período de 2 anos. Serão disponibilizados materiais como 1 moto, 1 caminhonete, datashow, sacos plásticos para colocar as mudas, 1 GPS, entre outros. O projeto ainda prevê cursos e palestras de educação ambiental: Legislação Ambiental e Produção e Certificação Orgânica. Outra contrapartida do RECA é difundir a sua forma de trabalho e organização para outras 20 organizações na Ponta do Abunã, trabalho que será realizado na forma de intercâmbios, além de receber visitas de escolas nas áreas que estão sendo recuperadas.

- Territórios da cidadania

O RECA também está envolvido ativamente no projeto Territórios da Cidadania do Governo Federal. O território Madeira-Mamoré é composto por 5 municípios, quais sejam Porto Velho, Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste e Nova Mamoré. Dentre as propostas encaminhadas pelo município de Porto Velho, parte das ações serão executadas pelo RECA, principalmente no tocante à capacitação pessoal e técnica, agregação de valor ao produto e preparação de novas lideranças de associações e cooperativas. Dessa forma, os recursos pertinentes a essas ações serão repassados ao RECA e, em contrapartida, os produtores do projeto terão a incumbência de difundir sua experiência associativa para os demais produtores e associações rurais da área de abrangência do território.

Outra atividade que, a princípio será conduzida pelo RECA é um centro de comercialização que será montado em Porto Velho para comercializar a produção de todas essas associações e cooperativas rurais do raio de atuação do território Madeira-Mamoré. Como no momento nem todas essas associações estão preparadas e organizadas a ponto de comercializarem sua produção, o RECA será pioneiro na utilização de tal centro. Será, no entanto, o responsável por formatar o modelo de comercialização a ser implementado e trabalhar o nivelamento dessas demais associações rurais em termos organizacionais, produtivos e de comercialização.

A participação do RECA no território Madeira-Mamoré mostra que, apesar de não serem percebidos por muitos, existem vantagens e benefícios em pertencer ao estado de Rondônia.

## **7. Considerações Finais**

Após as semanas de convivência no RECA, pode-se observar que apesar de todas as dificuldades que existiam na Ponta do Abunã na década de oitenta, povos culturalmente diversos se uniram e construíram suas vidas na região. Os agricultores acreditaram que juntos era possível mudar a situação de todos, melhorar a infra-estrutura da localidade e gerar renda para os associados. É muito interessante ver como a Ponta do Abunã apresenta-se hoje com grandes possibilidades de desenvolvimento, e também como um projeto, nascido da necessidade de alternativas de sobrevivência para as pessoas que migraram para os loteamentos do Incra no norte do país, tomou as proporções que o RECA tem atualmente.

Passados 20 anos da criação do RECA, percebe-se que muitos aspectos mudaram tanto na Associação quanto em Nova Califórnia. A prova disso é a repercussão do projeto, que hoje é uma das experiências de gestão participativa, e preservação ambiental mais bem sucedidas e premiadas do Brasil. Tais características resultam, principalmente, de seu modelo de gestão que serve de inspiração para muitas outras comunidades; de sua técnica agrícola fundamentada na floresta produtiva, que é uma forma exemplar de atividade econômica no meio da Amazônia; e por último, mas não menos importante, da história dessas famílias que demonstram para todos a importância da união, da família e da perseverança acima de tudo.

Os efeitos da atuação do projeto são notáveis em seus beneficiários: aumento do nível de renda, criação de um forte sentimento comunitário, cultura sustentável de conservação da floresta como fonte de renda, entre outros. Mas apesar do êxito do RECA, existem alguns percalços a serem superados. Para garantir uma continuidade do projeto, devem ser pensadas formas de incentivo à permanência dos jovens no campo, aspectos de gestão como o planejamento das atividades, e a definição clara dos papéis dos que compõem o quadro técnico e administrativo. Além disso, as dificuldades impostas pela localização geográfica são muitas.

Nesse contexto em que se encontra a sociedade, experiências como o RECA apresentam-se como alternativas possíveis de desenvolvimento e geração de renda com respeito aos recursos naturais. Mas mesmo com os ganhos, há desafios a serem enfrentados, e a busca por superá-los pode enriquecer tanto a comunidade local, como experiências similares.

## **8. Bibliografia**

BAUMAN, Zygmunt - *A modernidade líquida*. 1ª ed, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

BRESLER, Ricardo - *Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento – RECA*- in *Aliança na Redução da Pobreza: Possibilidades e Alcances*, São Paulo, FGV/ EAESP, 2001.

MOREIRA, Teresa – org, *Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reça contada por seus associados, parceiros e amigos*, Brasília, 2003.

SCHLINDWEIN, M. *Sustentabilidade na Amazônia - Agricultores tiram seu sustento em projeto sustentável de florestas de alimentos na Amazônia* In. *Revista desafios do desenvolvimento*, vol. 45 (2008), 52-58.